

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1018319-28.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Inadimplemento**
 Requerente: **Associação São Bento de Ensino - Uniara**
 Requerido: **Ana Paula Boro Ribeiro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos.

ASSOCIAÇÃO SÃO BENTO DE ENSINO - UNIARA pediu a condenação de **ANA PAULA BORO RIBEIRO** ao pagamento da importância de R\$ 2.818,54, correspondente ao valor de mensalidades escolares que deixou de pagar.

Citada, a ré não contestou o pedido.

A autora noticiou a ocorrência de transação entre as partes e requereu a suspensão do processo até adimplemento do acordo.

Determinou-se a juntada do acordo firmado entre as partes, o que não ocorreu.

A autora insistiu na suspensão do processo, o que foi deferido.

Manifestou-se a autora informando que a ré não cumpriu com o acordo noticiado e requerendo o prosseguimento do feito, com o julgamento da lide.

É o relatório.

Fundamento e decido.

À falta de contestação, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pela autor, com a consequência jurídica do acolhimento do pedido (Código de Processo Civil, artigo 344).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Demais disso, os documentos juntados comprovam a relação jurídica contratual, da qual decorre a obrigação da ré, de pagar o valor cobrado.

E ainda, a ré reconheceu o débito, tanto que procurou a autora para realização de acordo e adimplemento do débito.

Entretanto, a ré não cumpriu com o acordo avençado.

Diante do exposto, **acolho o pedido** e condeno a ré a pagar para a autora o valor atinente às mensalidades cobradas, com correção monetária e juros moratórios subsequentes àqueles já contabilizados na planilha de cálculo que instruiu a petição inicial, além das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios do patrono da autora, fixados em 10% do valor da condenação.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 14 de dezembro de 2016.

Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**